

**Título: A educação ambiental como mecanismo de mediação em assentamento de reforma agrária no Amapá/AP**

**Autor(es)** Risolete Nunes de Oliveira Araújo

**E-mail para contato:** risolete.araujo@hotmail.com

**IES:** ESTÁCIO FAMAP

**Palavra(s) Chave(s):** EDUCAÇÃO AMBIENTAL. DIREITO AMBIENTAL. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. REFORMA AGRÁRIA. ASSE

#### **RESUMO**

O presente estudo se propôs a refletir como as categorias do Direito Ambiental e do Desenvolvimento Sustentável podem contribuir para promoção da Educação Ambiental em assentamento de Reforma Agrária no Estado Amapá, contribuindo para preservação e conservação do ambiente. A Educação Ambiental é o instrumento de mediação dos sujeitos da pesquisa com o meio ambiente, fator que pode refletir na melhoria da qualidade de vida dos assentados. A hipótese que norteou o estudo foi Educação Ambiental por meio de ações educativas não formais pode se configurar em meio estratégico de mobilização e participação social no enfrentamento dos entraves socioambientais dos projetos de assentamento instituídos por reforma agrária no Amapá. A Linha de Pesquisa que estruturou a investigação está pautada no Meio Ambiente e Políticas Públicas. O locus da pesquisa foi um assentamento rural instituído por reforma agrária, denominado Projeto de Assentamento Nova Canaã, localizado no Município de Porto Grande (AP). A base metodológica que norteou a pesquisa encontrou fundamento no método etnográfico com abordagem qualitativa e dialógica. A fundamentação teórica buscou referências do Direito Ambiental, Desenvolvimento Sustentável e Educação Ambiental numa visão interdisciplinar e holística. A partir da fundamentação teórica proposta se construiu uma reflexão fundamentada nas interfaces da Educação Ambiental, relacionando-a com a esfera jurídica por meio do Direito Ambiental e com a perspectiva conservacionista e preservacionista do Desenvolvimento Sustentável. O instituto jurídico da Reforma Agrária se apresentou importante e foi analisado a partir do contexto nacional, buscando relação com o meio ambiente e Educação Ambiental. O estudo desta temática se faz pertinente pelo fato de os assentamentos se configurarem em uma política pública com objetivo de redistribuição da terra para atender a reforma agrária e a legalização fundiária dos sujeitos envolvidos. A apresentação e análise dos dados teve por base o sócio-interacionismo de Bakhtin. Os dados foram coletados por meio de observação direta e entrevista com aplicação de questionário semiestruturado. Os dados apresentados foram importantes para a caracterização dos aspectos social, econômico e institucional do objeto de estudo. Informações relevantes para diagnóstico de uma futura ação interventiva junto à comunidade. A presente pesquisa não se pautou em apenas a identificar as situações-limites impostas à comunidade assentada, mas instigá-la a agir sobre elas. Nesse sentido a proposta de uma ação interventiva se fez necessária. Essa proposta de intervenção foi planejada e realizada por meio de uma sequência didática. O suporte teórico da referida proposta de intervenção encontrou fundamento nas categorias freireanas: situação-limite, ato-limite e o inédito viável. Propostas insculpidas nas obras Pedagogia do Oprimido e Pedagogia da Esperança de autoria de Paulo Freire. Com o presente estudo, e por meio da formação em Educação Ambiental oferecida à comunidade assentada pode-se conjecturar que a comunidade se reconheceu como capaz de reivindicar direitos e assumir-se atuantes naquele contexto social. Além disso, considerou-se não ser possível construir uma proposta em Educação Ambiental sem promover reflexões diante das condições socioambientais em que o sujeito está imerso. O que deu ensejo à confirmação da hipótese norteadora da pesquisa.